



DIVERSIDADE RELIGIOSA E INCLUSIVIDADE DIGITAL: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO RELIGIOSO EM ESCOLAS PÚBLICAS¹

RELIGIOUS DIVERSITY AND DIGITAL INCLUSIVITY: A PROPOSAL FOR RELIGIOUS EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS

Joelma Gonçalves Campos Castilhos Fritz²

Resumo:

O artigo propõe que o projeto de inclusão digital realizado no contexto de uma escola pública, no município de Vitória, Espírito Santo, seja considerado como modelo plausível para os objetivos pedagógicos do Ensino Religioso, em sentido amplo. Primeiro, apresentam-se os três eixos temáticos que estão na base deste projeto de inclusão digital e seus objetivos de formar um corpo discente protagonista por meio do instrumental tecnológico. Depois, caracteriza brevemente o público alvo do projeto e sua inevitável aproximação dos espaços reconhecidamente religiosos. Por fim, apresenta-se o projeto de inclusividade digital como uma chave poderosa para o reconhecimento da diversidade religiosa.

Palavras-chave: EMEF Adilson da Silva Castro. Projeto de Inclusão Digital. Ensino Religioso.

Abstract:

The article proposes that the digital inclusion project carried out in the context of a public school, in the city of Vitória, Espírito Santo, should be considered as a plausible model for the pedagogical objectives of Religious Education, in a broad sense. First, the three thematic axes that are the basis of this digital inclusion project are presented and its objectives of forming a protagonist student body through technological instruments. Then, it briefly characterizes the target audience of the project and its inevitable approach to the recognized religious spaces. Finally, the digital inclusion project is presented as a powerful key for the recognition of religious diversity.

Keywords: EMEF Adilson da Silva Castro. Digital Inclusion Project. Religious Education.

Introdução

O artigo aponta para as possibilidades de transformação do ambiente escolar por meio de um projeto de inclusão digital desenvolvido no contexto da EMEF Adilson da Silva Castro, em Vitória, Espírito Santo. A escola e seu projeto foram perscrutados pela autora deste artigo em sua dissertação de mestrado em Ciências das Religiões, em 2021. O artigo procura responder como estimular o reconhecimento e o respeito à diversidade religiosa em contextos escolares, a partir do modelo do projeto de inclusão digital desenvolvido na escola em análise?

¹ Enviado em: 25.11.2021. Aceito em: 18.12.2022.

² E-mail: joelmacamposfritz@gmail.com.

A escola é tomada como objeto de estudo e a pesquisa localiza seu corpo discente numa situação de vulnerabilidade social, demonstrando tensões em relação ao respeito aos fenômenos de diferentes culturas e perspectivas religiosas. Por isso, quer tomar o modelo do projeto de inclusão digital nela implantado como uma proposta de uma práxis política pedagógica voltada para a superação de certos preconceitos para alcançar muito mais do que competências técnicas e profissionais. Mas, sobretudo, a consolidação do respeito e da tolerância à diversidade cultural e religiosa que perpassa o contexto da escola em análise.

O artigo fará isso em três momentos. Primeiro, apresenta os três eixos temáticos que estão na base do projeto de inclusão digital da escola em análise, que desafiam a escola a considerar o corpo discente mais que meros usuários de tecnologias, mas visa ações de protagonismo a partir das ferramentas tecnológicas em todo seu potencial criativo e inovador. Depois, caracteriza o público alvo do projeto e exhibe porque o Ensino Religioso seria um componente curricular propício para sua implantação. Por último, procura-se apresentar o projeto de inclusão digital como uma chave para o reconhecimento da diversidade religiosa.

O texto enfatiza o aspecto prático da pesquisa. O referencial teórico é deslocado como pano de fundo, pois o objetivo do artigo é mostrar que a proposta de um projeto de inclusão digital em escolas públicas seria viável, especialmente em sua dimensão prática. Por isso, argumenta a necessidade de uma apropriação das novas tecnologias atreladas ao Ensino Religioso, buscando o respeito à diversidade religiosa, tendo em vista a articulação entre as diversas áreas do conhecimento como uma alternativa de promoção da tolerância religiosa.

Eixos Temáticos do Projeto de Inclusão Digital

O projeto de inclusão digital da EMEF Adilson da Silva Castro incorpora alternativas lúdicas como metodologia potencializante no processo de ensino-aprendizagem.³ É interdisciplinar e suas atividades são planejadas em conjunto com os diferentes profissionais da escola. A sistematização das atividades pressupõe a organização do conhecimento em pelo menos três eixos temáticos, interdependentes e intercambiáveis, pois perpassam o trabalho desenvolvido com os saberes construídos nas diversas áreas do conhecimento, a saber: as *mídias e suas tecnologias*, a *pesquisa* e as *redes sociais*.⁴

No primeiro eixo a aprendizagem estaria voltada para o conhecimento da própria tecnologia e seu instrumental. As mídias e a tecnologia seriam tomadas como partes integrantes do processo de aprendizagem e o corpo discente aprenderia sobre os conteúdos e como utilizar softwares educativos, por exemplo. Esse instrumental seria aplicado como recurso de aprendizagem e de produção de conhecimento.⁵ De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as dimensões da informática aplicada à Educação seriam mais profundas, pois implicaria na formação de cidadãos e cidadãs abertos e conscientes com capacidade de aprender e de utilizar a tecnologia “para a busca, a seleção, a análise e a articulação entre informações e, dessa forma, construir e

³ Veja mais em: BORBA, Ângela M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aricélia R. (Org.). *Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 43.

⁴ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação Jovens e Adultos*. Vitória: Prefeitura Municipal, 2018. p. 329.

⁵ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2018a, p. 331.

reconstruir continuamente os conhecimentos, utilizando-se de todos os meios disponíveis, em especial dos recursos do computador”⁶.

O segundo eixo, pesquisa, contempla os objetivos de aprendizagem que se estruturam em torno das possibilidades de criação e produção para que os estudantes desenvolvam estudos e habilidades pertinentes ao campo da problematização e da investigação científica, com experiências pedagógicas que valorizem a dimensão da autoria no processo de apreensão dos saberes. Assim, os estudantes se tornariam sujeitos em um processo que superaria as propostas metodológicas *tradicionais*, que estariam levando-os a mera recepção e passividade diante dos aparatos tecnológicos. Para Sobral, “criar não é meramente inventar, mas antes desenvolver uma consciência ficcional de tal maneira que esta seja suficientemente autônoma para ter vida própria, entrar em suas próprias relações sujeito-sujeito”⁷. Trata-se de uma proposta que pretende estimular a criatividade do corpo discente.

O interesse pelo desenvolvimento da subjetividade e da criatividade dos/as estudantes alude aos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a saber: o direito “à liberdade de pensamento, consciência e religião”⁸. Isso significa que o projeto desenvolvido na EMEF Adilson da Silva Castro é um importante aliado para a potencialização de seu corpo discente, tendo a perspectiva de inclusão digital como uma forma de interação que possibilita que os/as estudantes em seu processo educativo desenvolvam ações que estimulam uma cultura de construção coletiva. É neste aspecto que se abre uma lacuna para o respeito à diversidade religiosa, étnico-racial, de gênero, de identidade, pluralismo de ideias, como será apresentado mais adiante.⁹

O projeto articula vídeos e animações que, geralmente, são associados ao lazer e entretenimento e estão carregados de uma linguagem muito próxima dos/as estudantes. Segundo Moran, os aspectos sensoriais, visuais, musicais, etc., dos vídeos potencializam uma *interatividade funcional*. Para ele, “somos atingidos por todos os sentidos e de todas as maneiras. O vídeo nos seduz, informa, entretém, projeta em outras realidades (no imaginário), em outros tempos e espaços”¹⁰.

A despeito do caráter lúdico dos vídeos, as animações e outras tecnologias podem e são, no contexto da escola em análise, utilizadas como recursos pedagógicos no desenvolvimento de projetos pedagógicos pelos/as estudantes envolvidos no projeto. E, com base na pesquisa realizada, a produção e a edição de vídeos e de pequenas animações que foram realizadas neste ambiente escolar contribuíram para efetivação de uma educação de qualidade, à medida que foram produzidos roteiros, narrativas, fotografias, vídeos, constatou-se que os/as estudantes puderam ampliar a criatividade e a capacidade de se expressar, além da oportunidade de experimentar

⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Imprensa Nacional, 1997. p. 285.

⁷ SOBRAL, Adail U. A Concepção de autoria do “Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov”: confrontos e definições. *Revista Macabéa*, Crato, v. 1, n. 2, 2012. p. 133.

⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. p. 48.

¹⁰ MORAN, José M.; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 1995. p. 27.

momentos relevantes em sua aprendizagem fora dos ambientes escolares tradicionais. O estudo possibilitou ainda perceber que as tensões relacionadas à diversidade religiosa foram minimizadas, a partir da implantação do projeto.

Verificou-se a realização do que, nas palavras de Moran, seria traduzido como: “espaços [...] transparentes, flexíveis, coloridos, atraentes, diferenciados. Predomina um clima de efervescência, de energia empreendedora, com estudantes muito ativos, realizando projetos, apresentações, debates locais que se reconfiguram rapidamente”¹¹, e, além disso, “professores circulam [...] todos se sentem acolhidos e partícipes, em todos os espaços, momentos e situações, de um projeto comum e compartilhado, em que podem manifestar-se, interagir, contribuir, questionar”¹².

O projeto, deste modo, desafia os/as professores/as a formar um corpo discente produtor e não somente usuário de tecnologias. O uso adequado das tecnologias já é considerado uma ferramenta inovadora no processo ensino-aprendizagem.¹³ Cysneiros considera ser “importante que o professor em conjunto com o grupo gestor, passe a planejar suas aulas de forma a utilizar cada vez mais os recursos tecnológicos dentro da escola”¹⁴. Soma-se a essas contribuições a relevância dos jogos nesse processo, pois, como defende Maturana:

O jogo é uma atividade que se realiza no prazer de ser feito, com a atenção posta no prazer de fazer a coisa, pelo fazer mesmo, não na consequência. A importância disso é que o jogo permite a colaboração do fazer pelo próprio fazer, pelo respeito àquilo que se está fazendo, pelo prazer de fazê-lo e não pelas consequências que poderá ter. A criança, ao jogar, aprende um modo de viver cuja atenção não está nas consequências, mas está na responsabilidade do que faz. Claro que vão ter consequências, mas o central não são as consequências, mas aquilo que a criança está fazendo ao jogar. Se alguém aprende isso pode colaborar, pode estudar, pode fazer qualquer coisa com satisfação e com prazer. Porque o central não será o resultado, uma nota, não é o que vai ganhar com aquilo, mas o processo mesmo de fazer. Isso dá liberdade de ação. Não quero dizer que alguém não pode fazer nada pelo resultado, sim, pode fazer, mas vai fazer com a seriedade de respeitar o processo, não vai fixar-se nos resultados.¹⁵

A perspectiva de uma inclusividade digital visa ações de protagonismo que tenham referências basilares as ferramentas tecnológicas em todo seu potencial criativo e inovador para que os/as estudantes aprendam e produzam jogos digitais educativos, através do uso do instrumental tecnológico. Para Johnson, tais atividades:

Contribuem para a criação de um espaço educativo favorável às aprendizagens significativas, pois o jogo digital é considerado uma ferramenta didática, um recurso tecnológico lúdico, que agrega fatores como: diversão, prazer, habilidades e conhecimentos

¹¹ MORAN, José M. Como transformar nossas escolas: novas formas de ensinar a alunos sempre conectados. In: JUCIARA SOUZA [Site institucional]. 19 nov. 2019. [n.p.].

¹² MORAN, 2019, [n.p.].

¹³ VALENTE, José A.; BUSTAMANTE, Silvia B. V. (Org.). *Educação a Distância: prática e formação do profissional reflexivo*. São Paulo: Avercamp, 2009. p. 78.

¹⁴ CYSNEIROS, Paulo G. Novas Tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora? *Revista Informática Educativa*, Bogotá, v. 12, n. 1, 2008. p. 15.

¹⁵ MATURANA, Humberto R. Entrevista. In: SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, Centro de Ciências de Educação e Humanidades (CCEH), Brasília, v. 1, n. 2, 2004. p. 4.

prévios, além de ser considerado por muitos educadores como uma realidade educacional de efetiva aprendizagem na contemporaneidade, para além de espaços de mera diversão.¹⁶

O terceiro e último eixo, redes sociais, enfatiza o desenvolvimento de capacidades, valores e atitudes que poderiam contribuir para amplificar as possibilidades de comunicação, compartilhamento de informações e conhecimentos, envolvendo as redes sociais que estão cada vez mais atreladas ao cotidiano dos/as estudantes e, por isso, torna-se um poderoso recurso para auxiliar o processo ensino-aprendizagem.¹⁷ Entende-se que o ponto axial dos novos paradigmas da educação na atualidade é a construção do conhecimento de modo contínuo, colaborativo, solidário e coletivo e, neste sentido, as redes sociais criam inúmeras possibilidades. O que pode ser traduzido nas palavras de Moraes, como: “o aprender se dá na transformação estrutural que ocorre a partir da convivência social”¹⁸.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em seu conjunto de metas a serem apropriados pelos/as estudantes, apresenta alguns objetivos que contemplam em boa medida o uso de tecnologias, visando à participação do corpo discente em atividades de experimentação e criação de novas linguagens através da utilização de tecnologias contemporâneas.¹⁹ O interesse deste artigo é pensar e propor a articulação entre as contribuições do projeto de inclusão digital realizado na escola em análise com uma abordagem científica do fenômeno religioso, no intuito de disponibilizar os conhecimentos inerentes à diversidade religiosa e promover um espaço – não somente digital – de reflexão e liberdade, que promovam práticas pedagógicas capazes de gerar o respeito e uma convivência tolerante em todas as instâncias do ambiente escolar.

O uso criativo das tecnologias no âmbito do Ensino Religioso, por exemplo, pode auxiliar no processo de superação de certos preconceitos, indiferenças e intolerância religiosa que, frequentemente, se instala nas salas de aula. De acordo com os relatos dos grupos de diálogos entre professores/as de informática, da rede de ensino municipal de Vitória, Espírito Santo, o uso das mídias no processo de ensino-aprendizagem “proporcionam diferentes articulações didáticas, [...] fixação dos conteúdos, dinamizando e tornando mais lúdico o desenvolvimento curricular. [...] para o relacionamento interpessoal [...] ressignificando o uso das redes sociais”²⁰.

Assim, a organização do conhecimento, à luz dos três eixos temáticos, permitiu que o projeto de inclusão digital da escola desenvolvesse nos/as estudantes algumas competências e habilidades que contribuiriam para o diálogo entre diferentes perspectivas religiosas e de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, assim como previsto na BNCC.²¹ Para compreender a relevância do projeto de inclusão digital para o Ensino Religioso é preciso compreender algumas características de seu público alvo.

¹⁶ JOHNSON, Steven. *Surpreendente! A televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 148.

¹⁷ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2018a, p. 332.

¹⁸ MORAES, Maria C. *Educar na biologia do amor e da solidariedade*. São Paulo: Vozes, 2003. p. 47.

¹⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 550.

²⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2018a, p. 299.

²¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016, p. 434.

Público Alvo da Escola

A EMEF Adilson da Silva Castro aderiu ao Programa de Educação em Tempo Integral com Jornada Ampliada (PETIJA), que é um programa do governo federal voltado para os/as estudantes da educação infantil e ensino fundamental. Seu objetivo pedagógico visa à permanência dos/as estudantes na escola, em tempo integral, de modo que também sejam assistidos em suas necessidades básicas e educacionais, no intuito de resgatar sua autoestima e intensificar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, são priorizados os aspectos sociais, de saúde, exposição à violência e situação escolar.²²

O público alvo da escola em análise são crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, apresentando privações de ordens variadas ou necessidades básicas não atendidas como: falta de amparo afetivo e educativo por parte dos adultos responsáveis, baixas condições socioeconômicas, habitantes em ambientes que comumente ameaçam sua integridade física e/ou psíquica, situação de extrema pobreza, falta de saneamento básico, situação de desemprego na família, entre outros fatores.²³ Em 2020, a autora deste artigo realizou uma avaliação institucional, com a participação da família, colaboradores da escola e estudantes, onde se constatou o perfil desses/as estudantes. A escola Adilson da Silva Castro fez parcerias com as Unidades de Saúde mais próximas, com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e outras instâncias comunitárias, objetivando que seu modelo de educação integral se tornasse público no município de Vitória, no Espírito Santo.²⁴

No contexto da escola “as turmas do Integral apresentam perfil heterogêneo e as famílias pouco se envolvem no processo ensino-aprendizagem”²⁵, além disso, alguns estudantes apresentam “dificuldades de concentração, são agitados, sendo perceptíveis os diferentes tipos e níveis de negligência e abandono familiar, prejudicando seu desenvolvimento como um todo (cognitivo, emocional e social)”²⁶, como também se observou um “aumento das situações de agressividade de intra e extra familiar refletindo diretamente na disciplina escolar”²⁷. A escola tem se debruçado especialmente sobre esse público, desde 2008, quando aderiu ao PETIJA e foi objetivando promover o seu desenvolvimento, enquanto cidadãos críticos e conscientes de seu papel histórico na sociedade, que iniciou o projeto de inclusão digital. Sobretudo, como uma forma de garantir melhores condições de permanência desses/as estudantes no ambiente escolar.

O programa atende diretamente à comunidade do bairro Monte Belo, em Vitória, e, conseqüentemente, abarca outras nove comunidades circunvizinhas. Os/as estudantes recebem diariamente quatro refeições diárias, durante um período aproximado de nove horas de permanência na escola. Foi realizada uma pesquisa entre eles/as no intuito de identificar com que

²² SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Portaria nº 004/2019, de 06 de fevereiro de 2019. *Diário Oficial do Município de Vitória*: Vitória, n. 1113, p. 3, 06 fev. 2019e. p. 3.

²³ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Programa Educação em Tempo Integral*. Vitória: Prefeitura Municipal, 2010. p. 46.

²⁴ Esta avaliação institucional foi realizada, em 2020, via formulário online no *Google Forms*, elaborado pela pesquisadora. Por esta razão, não há paginação e não há endereço eletrônico que encaminhe para o formulário propriamente dito.

²⁵ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Plano de trabalho: Educação Integral com Jornada Ampliada*. Vitória: Prefeitura Municipal, 2019.

²⁶ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2019.

²⁷ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2019.

frequências vão ao cinema, livrarias, museus, shoppings, eventos culturais, igrejas, etc. A pesquisa identificou que os espaços religiosos constituem os espaços mais frequentados por eles/as, mais do que qualquer outro ambiente supracitado.²⁸ Pôde-se concluir que, por sua condição socioeconômica, os/as estudantes se familiarizam mais com os espaços religiosos, pois, muitos dos espaços onde se indicou não frequência seriam impróprios para o nível econômico de suas famílias.

Boa parte deles/as só frequentaram alguns desses locais por meios das visitas proporcionadas pelos projetos interdisciplinares desenvolvidos na escola Adilson da Silva Castro.²⁹ Isso significa que, em grande medida, o único espaço social e de entretenimento que a maioria deles frequenta, fora do ambiente escolar, são os espaços religiosos. Daí surge uma oportunidade de inserir o projeto de inclusão digital no contexto do componente curricular Ensino Religioso, como uma forma de articular as novas tecnologias da comunicação e da informação, de modo a promover o protagonismo especialmente desses/as estudantes em situação de vulnerabilidade. O projeto, portanto, surge como uma ferramenta em concordância com os princípios assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, em relação à garantia da efetivação dos direitos à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.³⁰ Mas, pretendeu dar um passo em direção à construção de uma cultura de tolerância.

Ao se trabalhar com essa perspectiva a partir do Ensino Religioso, acredita-se que esses princípios serão enriquecidos com os aspectos relacionados ao respeito à diversidade religiosa em superação de certos preconceitos que, infelizmente, ainda permeiam o contexto escolar. Isso pode ser articulado, por exemplo, à luz da perspectiva do cuidado de Leonardo Boff: “cuidar é mais do que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”³¹. Ou seja, educar ou incluir em perspectiva digital, nos termos aqui propostos, deve ser articulado na linha da essência humana e não dissociado dela.³²

Através do PETIJA, a escola tem assumido a corresponsabilidade de famílias, de educadores, do poder público e da sociedade em geral. Todas as ações pretendem cooperar para o cuidado do corpo discente, na perspectiva da vivência, da solidariedade, da autonomia e da cidadania, buscando construir de modo especial o respeito à diversidade religiosa. A escola entende que o PETIJA não se trata somente da ampliação do tempo do/a estudante na escola, mas pensa “uma escola que dê as crianças seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física [...], saúde e alimento, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive”³³.

²⁸ AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 2020.

²⁹ Importante ressaltar que o projeto de inclusão digital desenvolvido na escola, eventualmente, disponibiliza um ônibus com motorista para realizar visitas a museus, praias, teatros, patrimônios históricos, cinemas, universidades, projetos ambientais, etc.

³⁰ BRASIL. [Lei (1990)]. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República, 1990.

³¹ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 33.

³² BOFF, 1999, p. 33.

³³ TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, 1959. p. 79.

Constatou-se ainda que o projeto tem sido uma experiência significativa de inclusão deste público alvo, pois tem reduzido consideravelmente os índices de evasão, reprovação e desistência escolar, tendo em vista que todos esses/as estudantes estão sendo cuidados com o devido respeito em relação às suas diversidades, sobretudo a religiosa. À luz da descrição do projeto desenvolvido nesta escola e da breve caracterização de seu público alvo, a próxima seção analisa como se poderia articular o uso de tecnologias com as perspectivas do Ensino Religioso.

Inclusividade digital como chave para o reconhecimento da Diversidade Religiosa

De acordo com as dez competências da BNCC, a educação básica precisa romper com uma perspectiva de acúmulo de conteúdos, avaliações e testes e desenvolver atividades pedagógicas fundamentadas nas próprias competências dos estudantes, ampliando a noção de ensino. Neste sentido, um dos aspectos a serem desenvolvidos nos estudantes é a cidadania, que pressupõe respeito às diferenças, considerando que cada estudante é único/a e, por isso, apresenta características peculiares que merecem ser consideradas pelos/as educadores/as e pela escola em geral.³⁴ Neste artigo, quando se aborda a questão da diversidade, não se trata exclusivamente das minorias, mas abrange as condições étnicas, culturais, religiosas, desigualdades socioeconômicas, relações discriminatórias e excludentes presentes na escola que compõem os diversos grupos sociais.

Considera-se que quando uma pessoa não pode ter acesso livre às tecnologias, ele pode estar em uma condição de exclusão tanto social quanto virtual. O que pode impactar sua qualidade de vida e seu desenvolvimento sociocultural. Compreende-se que o projeto de inclusão digital exerce papel relevante nessa questão, uma vez que procura desenvolver novas competências no processo de ensino-aprendizagem de modo que se promova a inclusão digital. Para Moran:

Nos últimos anos, o cenário se transformou profundamente. O smartphone é onde tudo acontece. O tempo todo olhamos para sua tela, teclamos, pesquisamos, compartilhamos, jogamos, compramos, rimos, nos relacionamos e aprendemos. É o aparelho que carregamos para todos os lugares, nosso companheiro inseparável, a pequena tela que aumenta, que integra milhares de aplicativos e soluções antes soltas. Os assistentes pessoais dialogam com as pessoas, aprendem com elas, propõem soluções cada vez mais personalizadas e produtivas.³⁵

A revolução tecnológica seria uma das principais marcas da passagem do século XX para o século XXI e que concedeu amplo acesso aos meios de informação e comunicação para as pessoas.³⁶ Em virtude da relevância da informática no contexto educacional brasileiro, a Secretaria de Educação da Rede Municipal de Vitória (SEME) procurou instituir políticas públicas municipais voltadas para a consolidação de uma educação informatizada. Desde então, o laboratório de informática implantado na escola em análise ampliou a capacidade de acesso a computadores e criou condições para a compreensão, por parte dos/as educadores/as, de que os recursos tecnológicos e os meios de comunicação são poderosas ferramentas pedagógicas que auxiliam no processo de apropriação do conhecimento e na formação dos/as estudantes. O que reforça o

³⁴ MEC, 2017.

³⁵ MORAN, 2017, p. 64-65.

³⁶ Vale ressaltar que o desenvolvimento da informática educativa no Brasil se iniciou na década de 1970, quando se discutia sobre o uso de computadores no ensino da Física. A partir de 1975, quando Seymour Papert apresentou o projeto LOGO, em uma visita à UNICAMP, criou-se o núcleo de Informática aplicada à Educação, de modo que se pesquisou e aprimorou-se o projeto.

argumento de que as políticas de inclusão digital estão intrinsicamente relacionadas às questões tecnológicas que, com efeito, inserem-se no contexto das políticas sociais, caracterizadas como direito ao exercício da cidadania na atualidade.³⁷

A escola considera a necessidade de valorizar os fenômenos religiosos como patrimônio cultural e histórico, objetivando discutir princípios, valores, diferenças, não perdendo de vista a compreensão do outro. Neste sentido, procura trabalhar, no âmbito do componente curricular Ensino Religioso, reflexões e atitudes de tolerância e respeito à diversidade religiosa, utilizando os recursos tecnológicos – à luz dos três eixos temáticos abordados na primeira seção deste artigo – desviando especialmente de qualquer tipo de proselitismo e/ou prática intolerante. Nessa perspectiva, segundo Heerdt, seria “fundamental que as escolas incentivem os educandos a conhecer a sua própria religião, a ter interesse por outras formas de religiosidade, valorizando cada uma e respeitando a diversidade religiosa, sem nenhum tipo de preconceito”³⁸.

No âmbito do projeto de inclusão digital, a partir das atividades propostas para os/as estudantes, o objetivo passa a ser uma assimilação do respeito à diversidade religiosa como um valor de cidadania. Assim, a partir do Ensino Religioso, as diferentes expressões religiosas serão apresentadas no contexto escolar como expressões diversas e que merecem respeito. E isso poderá ser replicado e fomentado com o auxílio das ferramentas digitais trabalhadas no projeto. Para Silva:

Ensino de religiões, estudo de diversidades, exercícios de alteridade: estes sim podem ser conteúdos trabalhados na escola pública. Da mesma forma que o professor de literatura faz referência a diversas escolas literárias; da mesma forma que o professor de História enfatiza diversos povos, assim o ensino de religiões deve enfatizar diversas expressões religiosas, considerando que as religiões fazem parte da aventura humana.³⁹

Deve ser destacado que este artigo pretende abordar a noção de inclusão e exclusão em uma perspectiva não doutrinária e ideológica, pois, compreende que:

A escola é laica, ou seja, sem inclinações doutrinárias a nenhuma religião. Conduzir ou formar a criança a um determinado preceito religioso cabe à família. Porém, faz-se necessário acolher as diferentes culturas, crenças e valores que caracterizam nossa comunidade escolar, através do exercício diário de ouvir, observar e aprender com as famílias, repudiando qualquer tipo de discriminação e atitudes preconceituosas que impeçam a construção de uma práxis pedagógica multicultural (que respeita todas as culturas) e intercultural (que aprende a dialogar e a interagir com as diferentes culturas).⁴⁰

O objetivo último do projeto de inclusão digital é proporcionar um ambiente humanizado, utilizando-se de metodologias, recursos e estratégias que assegurem o desenvolvimento de projetos cooperativos a partir do uso das novas tecnologias, no desenvolvimento de programas interdisciplinares que priorizem o respeito à diversidade religiosa e a busca de uma melhor compreensão da relação entre religião e conhecimento. O Ensino Religioso pressupõe o princípio da “emancipação e da diversidade religiosa nos diferentes tempos históricos, extraindo o caráter

³⁷ DEMO, Pedro. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, 2005. p. 38.

³⁸ HEERDT, Mauri L.; COPPI, Paulo de. *Como educar hoje?* Reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo: Mundo e Missão, 2003. p. 34.

³⁹ SILVA, Maria J. L. As exclusões e a educação. In: TRINDADE, Azoilda L.; SANTOS, Rafael dos (Org.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 140.

⁴⁰ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2006, p. 76.

confessional e doutrinário presente na história da educação de nosso país”⁴¹, deste modo, “reconhecendo a laicidade da escola pública, a disciplina tem o papel de desenvolver o respeito às diferenças e consolidar os direitos pertencentes a todos os humanos, tais como: o direito à vida, à cultura, a dignidade, entre outros”⁴².

Compreende-se que com o auxílio das tecnologias digitais, o entendimento sobre a diversidade religiosa permitirá que os/as estudantes sejam motivados a refletir sobre suas próprias mundividências religiosas, a cultura popular, o fenômeno religioso, o misticismo, a mídia, as tradições familiares, entre outras possibilidades. Isso poderá ser feito, como indicado primeira seção, através dos jogos educativos, por exemplo.⁴³ O uso dos recursos tecnológicos, no contexto das aulas de Ensino Religioso, poderá enriquecer a prática pedagógica dos/as professores/as que ministram aulas em turmas de discentes em situação de vulnerabilidade social, como indicado na segunda seção. Seria uma forma atrativa, prazerosa e poderosa para o desenvolvimento de habilidades cognitivas que potencializaria práticas tolerantes frente à diversidade religiosa em ambientes escolares e na comunidade.

Para o reconhecimento efetivo da diversidade religiosa a partir dos recursos tecnológicos disponíveis na escola em análise, torna-se fundamental a atribuição de um novo sentido para o PETIJA. Segundo Moran, “uma mudança qualitativa no processo de ensino/aprendizagem acontece quando conseguimos integrar dentro de uma visão inovadora todas as tecnologias: as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas e corporais”⁴⁴.

Na experiência realizada na escola Adilson da Silva Castro, a aprendizagem teria possibilitado a inclusão digital sustentada pelo respeito às diversidades, sobretudo à diversidade religiosa, sendo articulada em conformidade com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, superando as barreiras para o acesso às novas tecnologias – inclusão social e digital – favorecendo especialmente o processo de ensino-aprendizagem de estudantes em situação de vulnerabilidade social. O PETIJA já atua à luz dos princípios da BNCC,⁴⁵ por isso, é importante que as escolas públicas incorporem o uso democrático e consciente das tecnologias digitais, instituindo novos modelos para a promoção do ensino-aprendizagem, bem como a interação e o compartilhamento de significados entre toda a comunidade escolar.⁴⁶

Sob a égide dos princípios da BNCC, torna-se fundamental o reconhecimento das potencialidades das tecnologias digitais para as intervenções colaborativas e plurais relacionadas a todas as áreas do conhecimento, em particular, o Ensino Religioso, bem como as diversas práticas sociais, políticas, culturais e religiosas. No contexto da sociedade brasileira, cada vez mais plural, o respeito às individualidades e o direito de expressão não podem ser desprezados. As escolas públicas precisam ser um espaço democrático. Para Gomes, “entre preconceitos e discriminações,

⁴¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2018a, p. 242.

⁴² SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2018a, p. 242.

⁴³ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2005, p. 148.

⁴⁴ MORAN, José M. *Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias*. São Paulo: Universidade São Marcos, 2000. p. 58.

⁴⁵ MEC, 2017, p. 9.

⁴⁶ MEC, 2017, p. 59-60.

cabe à escola pública o importante papel de proporcionar a seus alunos um modelo de tolerância a ser aplicado na sociedade”⁴⁷. Para Forde:

Nunca conceitos como diversidade, diferenças, multiculturalismo, identidades culturais, inclusão, respeito e tolerância foram apresentados com tanta relevância nas pesquisas educacionais. O atual momento multicultural nos oferece discussões acerca das contribuições para a promoção da dignidade cultural dos seres humanos constituídos em suas diferenças e especificidades, buscando desenvolver uma compreensão politizada contra hegemônica que pode, no presente, contribuir para a dignidade de alunos e alunas, levando-os a reconhecer suas visões de mundo, seus fenótipos, suas linguagens, ou seja, suas/nossas diferenças.⁴⁸

Por isso, compreende-se que o modelo do projeto de inclusão digital desenvolvido no contexto da EMEF Adilson da Silva Castro possibilita alternativas de experiências diversas e facilitadoras de aprendizagens que podem reforçar e aprimorar a capacidade cognitiva dos/as estudantes. Ou seja, as novas tecnologias vêm se mostrando como poderosas ferramentas para a organização e sistematização do trabalho pedagógico, sobretudo, no Ensino Religioso, para a construção do respeito à diversidade religiosa. Portanto, a proposta deste artigo se torna viável à medida que argumenta a necessidade de uma apropriação das novas tecnologias atreladas à construção do respeito à diversidade religiosa, no intuito de promover a articulação entre as diversas áreas do conhecimento e como uma excelente alternativa de promoção da tolerância religiosa e da paz especialmente em ambientes escolares.

Considerações Finais

O artigo propôs a articulação entre uma perspectiva de inclusão digital realizada na EMEF Adilson da Silva Castro com uma abordagem científica do fenômeno religioso. Através do Ensino Religioso, acredita na possibilidade de disponibilizar os conhecimentos relacionados à diversidade religiosa e promover um espaço – não apenas digital – de reflexão e liberdade, que promovam práticas pedagógicas capazes de gerar o respeito e uma convivência harmoniosa e tolerante em todas as instâncias das escolas.

A organização do conhecimento, à luz dos três eixos temáticos, trouxe a percepção de que o projeto de inclusão digital da escola em análise está conseguindo desenvolver algumas competências e habilidades nos/as estudantes que contribuem para o diálogo entre diferentes perspectivas religiosas e de vida. Isso significa que o projeto vem amplificando o exercício do respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, assim como prescreve a BNCC. Logo, o projeto se mostra relevante para atender o seu público alvo, pois os índices de evasão, reprovação e desistência escolar de estudantes tem reduzido consideravelmente. Além disso, vem eliminando, paulatinamente, certos preconceitos e favorecendo estudantes em condições de vulnerabilidade social. Este projeto de inclusão digital pode ser tomado como modelo para outros contextos, pois possibilita alternativas diversas e facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem que aprimoram a capacidade cognitiva dos/as estudantes e, simultaneamente, estimula a tolerância religiosa.

⁴⁷ GOMES, Luis A. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. In: AQUINO, Julio G. (Org.). *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 116.

⁴⁸ FORDE, 2011, p. 150.

Referências

- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BORBA, Ângela M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. *In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aricélia R. (Orgs.). Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 33-46.
- BRASIL. [Lei (1990)]. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. [Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.
- CYSNEIROS, Paulo G. Novas Tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora? *Revista Informática Educativa*, Bogotá, v. 12, n. 1, p. 11-24, 2008.
- DEMO, Pedro. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, 2005.
- GOMES, Luis A. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. *In: AQUINO, Julio G. (Org.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- HEERDT, Mauri L.; COPPI, Paulo de. *Como educar hoje? Reflexões e propostas para uma educação integral*. São Paulo: Mundo e Missão, 2003.
- JOHNSON, Steven. *Surpreendente! A televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MATURANA, Humberto R. Entrevista. *In: SEMINÁRIO COMEMORATIVO DOS 10 ANOS DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA*, Centro de Ciências de Educação e Humanidades (CCEH), Brasília, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/entrevista-com-maturana.pdf>. Acesso em: 28. set. 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Imprensa Nacional, 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- MORAN, José M. Como transformar nossas escolas: novas formas de ensinar a alunos sempre conectados. *In: JUCIARA SOUZA [Site institucional]*. 19 nov. 2019. [n.p.].
- MORAN, José M. *Mudar a forma de ensinar e aprender com tecnologias*. São Paulo: Universidade São Marcos, 2000.

MORAN, José M.; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.

SILVA, Maria J. L. As exclusões e a educação. In: TRINDADE. Azoilda L.; SANTOS, Rafael dos (Orgs.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOBRAL, Adail U. A Concepção de autoria do “Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshinov”: confrontos e definições. *Revista Macabéa*, Crato, v. 1, n. 2, p. 123-142, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p.78-84, 1959.

VALENTE, José A.; BUSTAMANTE, Silvia B. V. (Org.). *Educação a Distância: prática e formação do profissional reflexivo*. São Paulo: Avercamp, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação Jovens e Adultos*. Vitória: Prefeitura Municipal, 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Plano de trabalho: Educação Integral com Jornada Ampliada*. Vitória: Prefeitura Municipal, 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Programa Educação em Tempo Integral*. Vitória: Prefeitura Municipal, 2010.